Lupo S.A.

Relatório sobre a Revisão das
Informações Financeiras Intermediárias
Individuais e Consolidadas
Referentes aos Períodos de Três e Nove Meses
Findos em 30 de Setembro de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Avenida Braz Olaia Acosta, 727,
5º Andar – Salas 507 e 508
Edifício R. Office Tower
Jardim Nova Alliança Sul
Ribeirão Preto - SP
Brasil

Tel.: + 55 (16) 3238-4051
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e à Diretoria da
Lupo S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Lupo S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34 e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, anteriormente referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Valores comparativos

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes aos períodos de três e/ou nove meses findos em 30 de setembro de 2025, obtidas das Informações Trimestrais - ITR daquele trimestre, e ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR dos trimestres findos em 31 de março de 2025, 30 de junho de 2025 e 30 de setembro de 2025 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 12 de maio de 2025, 5 de agosto de 2025, 14 de novembro de 2025 e 20 de março de 2026, respectivamente, sem ressalvas.

Ribeirão Preto, 10 de novembro de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

68588

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Lupo S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

		Consolidado		Controladora	
Ativo	**Nota**	**30 de setembro de 2026**	**31 de dezembro de 2025**	**30 de setembro de 2026**	**31 de dezembro de 2025**
Caixa e equivalentes de caixa	**6**	377.569	316.071	276.970	243.526
Contas a receber de clientes	**7**	376.603	373.695	255.089	257.393
Estoques	**8**	515.074	407.197	256.556	199.195
Adiantamento a fornecedores	**9**	3.538	27.689	2.432	17.466
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	**11**	21.886	41.594	16.368	32.001
Impostos a recuperar	**10**	22.762	54.981	17.053	38.280
Outras contas a receber		14.566	16.791	16.912	22.036
Total do ativo circulante		1.331.998	1.238.018	841.380	809.897
Contas a receber de clientes	**7**	-	548	-	-
Impostos a recuperar	**10**	2.910	3.600	2.908	3.598
Depósitos judiciais	**21**	6.802	6.491	787	507
Ativo fiscal diferido	**11**	20.985	17.984	-	-
Total do realizável a longo prazo		30.697	28.623	3.695	4.105
Investimentos	**12**	142	142	570.349	529.001
Imobilizado	**13**	396.581	412.235	317.022	303.615
Intangível	**14**	110.734	103.318	15.686	9.200
		507.457	515.695	903.057	841.816
Total do ativo não circulante		538.154	544.318	906.752	845.921
Total do ativo		1.870.152	1.782.336	1.748.132	1.655.818

		Consolidado		Controladora	
Passivo	**Nota**	**30 de setembro de 2026**	**31 de dezembro de 2025**	**30 de setembro de 2026**	**31 de dezembro de 2025**
Fornecedores	**16**	80.959	71.814	45.683	30.151
Empréstimos e financiamentos	**17**	17.449	3.368	17.449	3.368
Passivo de arrendamentos	**15**	9.610	24.402	1.130	16.711
Salários e férias a pagar	**18**	53.981	37.490	33.455	24.498
Impostos e contribuições a recolher	**19**	22.069	17.414	13.004	9.817
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	249	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	**23**	426	41.600	426	41.600
Outras contas a pagar		9.237	21.830	7.807	19.963
Total do passivo circulante		193.731	218.167	118.954	146.108
Empréstimos e financiamentos	**17**	30.350	47.871	30.350	47.871
Passivo de arrendamentos	**15**	48.910	51.283	2.141	684
Impostos e contribuições a recolher	**19**	93	138	-	-
Dividendos a pagar	**23**	32.039	29.288	32.039	29.288
Provisão para perda em investimentos	**12**	-	-	3.145	681
Passivo fiscal diferido	**11**	42.096	42.692	42.096	42.692
Provisão para riscos	**21**	5.384	4.318	1.858	-
Outras contas a pagar		1.800	2.335	1.800	2.250
Total do passivo não circulante		160.672	177.925	113.429	123.466
Total do passivo		354.403	396.092	232.383	269.574
Patrimônio líquido	**23**				
Capital social		1.168.151	1.157.453	1.168.151	1.157.453
Ajuste de avaliação patrimonial		109.644	112.799	109.644	112.799
Reserva legal		-	8.850	-	8.850
Reserva para investimento		105.294	107.142	105.294	107.142
Lucros acumulados		132.660	-	132.660	-
Total do patrimônio líquido		1.515.749	1.386.244	1.515.749	1.386.244
Total do passivo e patrimônio líquido		1.870.152	1.782.336	1.748.132	1.655.818

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias consolidadas e individuais.

Lupo S.A.
Demonstrações de resultados
Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

		Consolidado				Controladora			
		30 de setembro de 2026		30 de setembro de 2025		30 de setembro de 2026		30 de setembro de 2025	
	Nota	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Receita operacional líquida	**24**	416.585	1.183.587	407.015	1.156.722	258.043	743.747	288.439	851.102
Custos dos produtos vendidos	**25**	(297.398)	(827.008)	(301.917)	(820.010)	(180.802)	(515.675)	(207.481)	(600.096)
Lucro bruto		119.187	356.579	105.098	336.712	77.241	228.072	80.958	251.006
Outras receitas (despesas) operacionais									
Vendas	**26**	(62.585)	(176.267)	(59.171)	(178.416)	(33.047)	(98.170)	(36.258)	(113.189)
Administrativas e gerais	**27**	(25.685)	(76.294)	(26.368)	(77.369)	(18.822)	(55.214)	(18.541)	(56.563)
Perdas esperadas com créditos	**7**	(770)	(5.210)	(1.623)	(5.963)	(232)	(2.647)	(424)	(2.832)
Outras receitas operacionais	**28**	8.243	16.869	11.308	31.209	3.478	6.327	9.471	27.816
Outras despesas operacionais	**28**	(6.957)	(11.193)	(3.391)	(22.268)	(1.931)	(4.983)	(2.321)	(18.644)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras liquidas, participação nos lucros de empresas investidas por equivalência patrimonial e impostos		31.433	104.484	25.853	83.905	26.687	73.385	32.885	87.594
Receitas financeiras	**29**	16.413	43.910	11.691	32.132	11.094	29.850	8.524	24.121
Despesas financeiras	**29**	(8.330)	(22.275)	(6.760)	(20.727)	(4.901)	(13.210)	(4.444)	(13.328)
Financeiras líquidas		8.083	21.635	4.931	11.405	6.193	16.640	4.080	10.793
Participação nos lucros de empresas investidas por equivalência patrimonial, líquido de impostos	**12**	-	-	-	-	3.868	38.970	(5.574)	(3.014)
Resultado antes dos impostos		39.516	126.119	30.784	95.310	36.748	128.995	31.391	95.373
Imposto de renda e contribuição social:									
Imposto de renda e contribuição social - corrente	**11**	(57)	(124)	(15.994)	(29.538)	-	-	(13.034)	(23.351)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	**11**	(2.366)	3.596	6.069	5.942	345	596	2.502	(308)
Lucro líquido do período		37.093	129.591	20.859	71.714	37.093	129.591	20.859	71.714
Lucro líquido básico e diluído por ação	**23**	0,1877	0,6558	0,1056	0,3629	0,1877	0,6558	0,1056	0,3629

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias consolidadas e individuais.

Lupo S.A.
Demonstrações de resultados abrangentes
Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	Consolidado / Controladora			
	30 de setembro de 2026		30 de setembro de 2025	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	Semestre
Lucro líquido do período	37.093	129.591	20.859	71.714
Outros resultados abrangentes				
Ganho (Perda) com *hedge* de fluxo de caixa	-	-	207	2.427
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	(59)	(86)	(8)	(5)
Resultado abrangente total	37.034	129.505	21.058	74.136

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias consolidadas e individuais.

Lupo S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

			Reservas			
	Capital social	**Ajustes de avaliação patrimonial**	**Reserva legal**	**Reserva para investimento**	**Lucros acumulados**	**Patrimônio líquido atribuído aos controladores**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.035.544	102.833	8.700	137.591	-	1.284.668
Aumento de capital	40.995	-	(8.700)	(32.295)	-	-
Realização do custo atribuído	-	(388)	-	-	388	-
Outros resultados abrangentes						
Ganho com *hedge* de fluxo de caixa	-	2.427	-	-	-	2.427
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	-	(5)	-	-	-	(5)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	71.714	71.714
Saldos em 30 de setembro de 2025	1.076.539	104.867	-	105.296	72.102	1.358.804
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.157.453	112.799	8.850	107.142	-	1.386.244
Aumento de capital	10.698	-	(8.850)	(1.848)	-	-
Realização do custo atribuído líquido dos efeitos tributários	-	(317)	-	-	317	-
Outros resultados abrangentes						
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	-	(86)	-	-	-	(86)
Ajuste a valor presente - dividendos a pagar		(2.752)			2.752	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	129.591	129.591
Saldos em 30 de setembro de 2026	1.168.151	109.644	-	105.294	132.660	1.515.749

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias consolidadas e individuais.

Lupo S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30 de setembro de 2026	30 de setembro de 2025	30 de setembro de 2026	30 de setembro de 2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do período		129.591	71.714	129.591	71.714
Ajustes para:					
Depreciação e amortização		41.891	40.254	30.155	29.231
Provisões para riscos		1.066	(13.871)	1.858	(12.851)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	**11**	(3.472)	23.596	(596)	23.659
Variação monetária, cambial e juros		5.407	5.545	3.577	4.038
Provisão para perdas estimadas de liquidação duvidosa	**7**	5.210	5.963	2.647	2.832
Provisão para perdas de estoques		(3.775)	12.084	(2.031)	3.736
Custo do ativo imobilizado e intangível baixado	**13 e 14**	24.013	7.332	28	6.638
Equivalência patrimonial	**12**	-	-	(38.970)	3.014
		199.931	**152.617**	**126.259**	**132.011**
Variações em:					
Contas a receber de clientes		(10.367)	(3.763)	(3.140)	(21.827)
Estoques		(105.220)	(57.605)	(56.466)	(36.894)
Adiantamento a fornecedores		24.151	(745)	15.034	1.779
Impostos a recuperar		32.909	20.355	21.917	272
Outras contas a receber		2.225	(1.730)	5.124	(8.127)
Depósitos judiciais		(311)	(35)	(280)	156
Fornecedores		9.145	26.708	15.532	16.821
Salários e férias a pagar		16.491	20.360	8.957	11.977
Impostos e contribuições a recolher		28.280	12.270	21.915	5.444
Outras contas a pagar		(13.214)	(9.947)	(12.606)	2.116
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**184.020**	**158.485**	**142.246**	**103.728**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(374)	(19.548)	-	(13.819)
Juros pagos - arrendamentos	**15**	(3.543)	(5.761)	(1.505)	(3.704)
Juros pagos - empréstimos	**17**	(4.305)	(4.323)	(4.305)	(4.323)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**175.798**	**128.853**	**136.436**	**81.882**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado	**13**	(43.733)	(48.477)	(40.246)	(39.850)
Aquisição de intangível	**14**	(8.794)	(4.093)	(7.594)	(3.787)
Investimentos em aquisições	**12**	-	-	-	(31)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(52.527)**	**(52.570)**	**(47.840)**	**(43.668)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de principal de arrendamento	**15**	(20.598)	(19.067)	(13.977)	(13.020)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	**23**	(41.175)	(44.079)	(41.175)	(44.079)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		**(61.773)**	**(63.146)**	**(55.152)**	**(57.099)**
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalente de caixa		**61.498**	**13.137**	**33.444**	**(18.885)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		316.071	306.611	243.526	263.875
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		377.569	319.748	276.970	244.990
		61.498	**13.137**	**33.444**	**(18.885)**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias consolidadas e individuais.

Lupo S.A.
Demonstrativo de Valor Adicionado (DVA)
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30 de setembro de 2026	30 de setembro de 2025	30 de setembro de 2026	30 de setembro de 2025
Receitas	1.404.001	1.382.147	882.058	1.029.402
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	1.392.341	1.370.421	878.378	1.017.983
Reversão (Perdas) esperadas com créditos	(5.210)	(5.963)	(2.647)	(2.832)
Outras receitas	16.870	17.689	6.327	14.251
Insumos adquiridos de terceiros	(781.179)	(671.222)	(471.561)	(512.332)
Custos das mercadorias e serviços vendidos	(545.474)	(449.641)	(351.993)	(373.323)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(244.888)	(231.922)	(123.919)	(147.540)
Perda / Recuperação de valores ativos	9.183	10.341	4.351	8.531
Valor adicionado bruto	622.822	710.925	410.497	517.070
Retenções				
Depreciação e amortização	(41.891)	(40.381)	(30.155)	(29.355)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	580.931	670.544	380.342	487.715
Valor adicionado recebido em transferência	43.910	32.132	68.820	21.107
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	38.970	(3.014)
Receitas financeiras	43.910	32.132	29.850	24.121
Valor adicionado total a distribuir	**624.841**	**702.676**	**449.162**	**508.822**
Distribuição do valor adicionado	**624.841**	**702.676**	**449.162**	**508.822**
Pessoal	**378.742**	**365.919**	**229.509**	**230.360**
Remuneração direta	292.154	278.923	175.394	175.154
Benefícios	63.128	64.076	38.828	39.609
FGTS	23.460	22.920	15.287	15.597
Impostos, taxas e contribuições	**114.574**	**240.933**	**77.886**	**192.241**
Federais	77.398	153.893	57.349	126.700
Estaduais	36.065	86.107	20.171	65.236
Municipais	1.111	933	366	305
Remuneração de Capitais de Terceiros	**1.934**	**24.110**	**12.176**	**14.507**
Juros	11.494	8.931	6.718	5.093
Aluguéis	5.877	4.533	3.366	1.841
Outras	(15.437)	10.646	2.092	7.573
Remuneração de Capitais Próprios	**129.591**	**71.714**	**129.591**	**71.714**
Lucro retido no período	129.591	71.714	129.591	71.714

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias consolidadas e individuais.

Lupo S.A.
Informações financeiras intermediárias
consolidadas e individuais em
30 de setembro de 2026
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias consolidadas e individuais

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicada)

1 Contexto operacional

A Lupo S.A. ("Companhia") é uma entidade privada domiciliada no Brasil. O endereço do escritório da Companhia é na rodovia Washington Luís, km 276,5, localizado no bairro Recreio Campestre Idanorma, na cidade de Araraquara, São Paulo. As informações financeiras individuais compreendem a Companhia (Controladora), e as informações financeiras consolidadas compreendem a Companhia e suas controladas (designados conjuntamente como "Companhia e suas controladas" e/ou "Grupo"). A Companhia e suas controladas têm por objeto a industrialização e comércio de meias, malharias e confecções têxteis em geral conforme descrito para cada uma das subsidiárias na Nota Explicativa nº 2.

Com participação acionária pulverizada, a Companhia não possui controlador final. O controle da Companhia ocorre mediante o exercício de direitos previstos em acordo assinado por acionistas representando 74,42% das ações.

2 Controladas da Companhia

As informações financeiras intermediárias abrangem a Companhia e suas controladas diretas e indiretas em 30 de setembro de 2026 e em 31 de dezembro de 2025, conforme segue:

	Participação acionária	
	30 de setembro de 2026	**31 de dezembro de 2025**
Controladas diretas		
Scalina Ltda.	100,00%	100,00%
Lupo Têxtil, Unipessoal LDA.	100,00%	100,00%
Leporis S.A.	99,00%	99,00%
Controladas indiretas		
Lupo Nordeste Ltda.	100,00%	100,00%
Lupo Lojas Ltda.	100,00%	100,00%

Scalina Ltda.

Adquirida em novembro de 2016, a sede social da controlada está localizada na Rodovia Washington Luiz, KM 276,5, SP. A Scalina Ltda. tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem, malharia e confecção de produtos têxteis em geral, bem como a exploração do comércio varejista de confecção.

Lupo Têxtil, Unipessoal LDA. (anteriormente denominada VESTLUPO PORTUGAL, UNIPESSOAL LDA.)

Criada em julho de 2024, a sede da Lupo Têxtil Unipessoal LDA., está localizada na Praceta Henrique Moreira 244, Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto, em Portugal. A controlada tem como atividade preponderante o comércio de artigos de vestuário e seus acessórios em geral, incluindo exportação e importação desses.

Conforme ato societário realizado em maio de 2025, a Companhia alterou sua razão social de Vestlupo Portugal, Unipessoal LDA para Lupo Têxtil, Unipessoal LDA.

Leporis S.A.

Adquirida em janeiro de 2025, a sede social da Leporis S.A. está localizada na Ruta Internacional Py 02 KM 13, Acaray, Ciudade del Este, no Paraguai. A controlada tem como atividade preponderante a fabricação e confecção de produtos de vestuário, exceto vestuário de couro e pele.

Lupo Nordeste Ltda.

Criada em 27 de junho de 1997, a sede social da Lupo Nordeste Ltda. está localizada na Avenida Ibicaraí, 4.530, Itabuna, BA. A controlada tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem, malharia e confecção de produtos têxteis em geral, bem como a exploração do comércio varejista de confecção.

Lupo Lojas Ltda.

Criada em 12 de março de 2010, a sede social da controlada está localizada na Rua Gonçalves Dias, 543, Araraquara, SP. A controlada tem como atividade preponderante o comércio de artigos de vestuário e seus acessórios em geral.

Os saldos de ativos e passivos da controlada "Leporis S.A" e "Lupo Têxtil, Unipessoal Ltda." localizadas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária) são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado (receitas e despesas) são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações). As diferenças de efeito de tradução resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial".

3 Base de preparação e declaração de conformidade

a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As informações financeiras intermediárias consolidadas e individuais da Companhia para o período findo em 30 de setembro de 2026 foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) (Demonstração Intermediária) e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma consistente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à preparação das Informações Trimestrais - ITR**.**

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais em 31 de dezembro de 2025. Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias devem ser lidas, em conjunto, com as referidas demonstrações financeiras anuais, aprovadas pela Administração da Companhia em 20 de março de 2026.

Não houve mudanças em tais políticas e metodologias de cálculo de estimativas. Conforme permitido pelo CPC 21 (R1), a Administração optou por não divulgar novamente os detalhes das políticas contábeis adotadas pela Companhia. Desta forma, as informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a fim de permitir aos usuários um melhor entendimento das condições financeiras e de liquidez da Companhia, bem como sua capacidade de geração de lucros e fluxos de caixa.

A Companhia elaborou Demonstração do Valor Adicionado ("DVA") de acordo com as normas do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras em BRGAAP aplicáveis às companhias abertas, enquanto no IFRS representam informações financeiras complementares em formação.

A informações financeiras intermediárias consolidadas e individuais foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 10 de novembro de 2026. Todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações financeiras intermediárias consolidadas e individuais estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas localizadas no Brasil. A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que elas operam, sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das informações financeiras consolidadas e individuais, essas são convertidas para o Real (R$) na data do fechamento. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

A Companhia declara que não houve alterações significativas nas estimativas e nos julgamentos contábeis críticos desde a data de emissão das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

5.1 Políticas Contábeis Materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações financeiras intermediárias consolidadas e individuais, são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual e devem ser lidas em conjunto. Ademais, não houve emissão ou revogações das principais práticas contábeis e normas relacionadas. A Lupo S.A aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações financeiras intermediárias consolidadas e individuais, salvo indicação ao contrário.

a) Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

Com base nas análises realizadas até a data de encerramento destas informações financeiras, não foram identificados efeitos relevantes nas operações, na posição financeira ou no desempenho econômico da Lupo S.A.

Dessa forma, não houve necessidade de reconhecimento ou ajuste nos valores contábeis dos ativos e passivos, tampouco impactos nas estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração na elaboração das informações financeiras intermediárias consolidadas e individuais do período findo em 30 de setembro de 2026.

A Lupo S.A continuará monitorando a evolução do tema e eventuais mudanças no ambiente regulatório e comercial que possam impactar suas operações.

b) Novas normas e interpretações

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, quais foram avaliadas pela Lupo S.A, e concluiu que essas alterações não tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis às empresas em geral e não apenas às instituições financeiras.

  As alterações:

  (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;

  (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;

  (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e

  (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza: em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'.

  Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

  As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de own use, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

  As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Lupo S.A está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Lupo S.A. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

  Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

  Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.

  Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Lupo S.A desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

  A Lupo S.A não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação.

  Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

  A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

  IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas:

  Divulgações e alterações: Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Lupo S.A não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas:

  IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";

  IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";

  IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";

  IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e

  IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

  Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Lupo S.A não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se:

- Sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou

- Estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

  As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

  Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Lupo S.A não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

  Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras": Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras.

  Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados.

  Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Lupo S.A.

  Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Lupo S.A.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	30 de setembro de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de setembro de 2026	31 de dezembro de 2025
Caixa	208	163	11	11
Saldo bancário	56.510	43.589	51.405	42.457
Aplicação financeira	320.851	272.319	225.554	201.058
Caixa e equivalentes de caixa	377.569	316.071	276.970	243.526

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são remuneradas por taxas variáveis de 99% a 105% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, tendo como contraparte bancos de primeira linha para minimizar o risco de crédito, política adotada pela Companhia no gerenciamento desses ativos financeiros.

7 Contas a receber de clientes

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30 de setembro de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de setembro de 2026	31 de dezembro de 2025
Contas a receber - no país		343.935	361.122	197.313	200.753
Contas a receber - no exterior		21.640	13.456	17.267	11.033
Contas a receber - partes relacionadas	**20**	18.252	13.110	44.634	51.772
Menos:					
Provisão para redução do valor recuperável		(7.224)	(13.445)	(4.125)	(6.165)
		376.603	374.243	255.089	257.393
Ativo circulante		376.603	373.695	255.089	257.393
Ativo não circulante		-	548	-	-

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de crédito relacionados a contas a receber de clientes e outros créditos é divulgada na Nota Explicativa nº 22 – Instrumentos Financeiros.

As mudanças na provisão para perda de crédito esperada durante o período estão apresentadas na tabela a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30 de setembro de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de setembro de 2026	31 de dezembro de 2025
Saldo inicial	(13.445)	(5.263)	(6.165)	(2.523)
Reconhecimento de perda esperada	(5.210)	(8.299)	(2.647)	(3.751)
Baixa de perda esperada	11.431	117	4.687	109
	(7.224)	(13.445)	(4.125)	(6.165)

A composição das contas a receber de clientes e provenientes de acordos comerciais por idade de vencimento é divulgada na Nota Explicativa nº 22 – Instrumentos Financeiros.

8 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	30 de setembro de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de setembro de 2026	31 de dezembro de 2025
Produtos acabados	265.330	207.770	140.291	104.209
Produtos em elaboração	25.352	27.244	17.239	15.001
Matérias-primas e materiais de consumo	196.755	172.183	90.898	79.985
Adiantamento a fornecedores	27.637	-	8.128	-
	515.074	407.197	256.556	199.195

Os estoques foram reduzidos ao valor realizável líquido no montante de R$9.527 (R$13.302 em 31 de dezembro de 2025) no consolidado, sendo R$9.337 de matérias-primas e R$190 de produtos acabados (R$8.543 e R$4.759 respectivamente em 2025), e R$4.228 (R$6.259 em 31 de dezembro de 2025) na controladora, sendo R$4.161 de matérias-primas e R$67 de produtos acabados (R$3.454 e R$2.805 respectivamente em 2025) reconhecidos como custo. Na determinação do valor realizável líquido dos estoques, a Companhia considerou uma perda por obsolescência para itens de estoque sem movimentação há mais de treze meses.

As mudanças na provisão para perdas de estoque durante o período estão apresentadas na tabela a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30 de setembro de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de setembro de 2026	31 de dezembro de 2025
Saldo inicial	(13.302)	(12.072)	(6.259)	(5.140)
Reversão/Complemento	3.775	(1.230)	2.031	(1.119)
	(9.527)	(13.302)	(4.228)	(6.259)

9 Adiantamento a fornecedores

		Consolidado		Controladora	
		30 de setembro de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de setembro de 2026	31 de dezembro de 2025
Adiantamento a fornecedores - No país		3.518	9.170	2.432	4.325
Adiantamento a fornecedores - No exterior		20	18.519	-	11.525
Adiantamento a fornecedores - No exterior - Coligada	**20**	-	-	-	1.616
		3.538	27.689	2.432	17.466

A Companhia e suas controladas, no fluxo normal de suas transações, adquirem contratos para aquisição de produtos e prestação de serviços. Em 2026, a Companhia e suas controladas realizaram adiantamentos pontuais para garantir algumas condições comerciais.

10 Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	30 de setembro de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de setembro de 2026	31 de dezembro de 2025
Circulante				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) (b)	3.358	17.044	2.746	15.279
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	2.020	2.220	1.208	1.167
Programa de Integração Social (PIS) (a)	1.893	6.660	1.679	3.873
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (a)	8.839	27.470	7.830	17.961
Outros	6.652	1.587	3.590	-
	22.762	54.981	17.053	38.280
Não Circulante				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) (b)	2.910	3.600	2.908	3.598
	2.910	3.600	2.908	3.598

(a) Em 30 de setembro de 2026, o saldo é composto basicamente: i) montante remanescente, após atualizações e compensações, de PIS e COFINS, da controlada Lupo Nordeste Ltda., gerado pela exclusão do ICMS de sua base de cálculo, ao qual zerou o saldo (R$12.274 em 31 de dezembro de 2025); ii) montante remanescente, após atualizações e compensações, de créditos de PIS e COFINS, sobre as despesas pagas com direitos autorais e *royalties* no valor de R$7.000 (R$21.091 em 31 de dezembro de 2025).

(b) Refere-se a compra de créditos de ICMS já fiscalizados e liberados pela SEFAZ no e-CredAc, através do programa da Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo (SEFAZ-SP) – ProAtivo, realizado pela controladora.

11 Imposto de renda e contribuição social

(i) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Decorrente de saldo credor de imposto de renda e contribuição social a recuperar em exercícios seguintes.

	Consolidado		Controladora	
	30 de setembro de 2026	**31 de dezembro de 2025**	**30 de setembro de 2026**	**31 de dezembro de 2025**
Contribuição social a recuperar	12.131	11.059	9.567	8.574
Imposto de renda a recuperar	9.755	30.535	6.801	23.427
	21.886	**41.594**	**16.368**	**32.001**

(ii) Ativos e passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados substancialmente para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias, entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência; e (ii) aos efeitos gerados pela depreciação por diferenças de taxas, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	30 de setembro de 2026	**31 de dezembro de 2025**	**30 de setembro de 2026**	**31 de dezembro de 2025**
Ativos				
Provisão para perda dos estoques	7.268	4.415	3.704	2.863
Provisão para perdas de créditos esperadas	2.457	4.572	1.403	2.096
Provisões para demandas judiciais	1.850	1.865	622	368
Provisão desvalorização empréstimos compulsório	6	6	6	6
Vendas em trânsito - Reversão receita	33.702	10.762	20.469	7.246
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	10.495	10.495	-	-
CPC 06 (R2) - Arrendamentos operacionais	1.608	1.385	-	-
Total do Ativo	57.534	33.500	26.352	12.579
Passivos				
Provisão sobre o custo atribuído	(561)	(725)	(561)	(725)
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(51.567)	(47.562)	(51.567)	(47.562)
Mais valia aquisição investimentos	(192)	(607)	(192)	(595)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos operacionais	(1.324)	(388)	(1.324)	(388)
Vendas em trânsito - Reversão Custos e Tributos	(25.001)	(8.926)	(14.804)	(6.001)
Total do Passivo	(78.645)	(58.208)	(68.448)	(55.271)
Impostos diferidos líquido	(21.111)	(24.708)	(42.096)	(42.692)
Total apresentado no ativo não circulante	20.985	17.984	-	-
Total apresentado no passivo não circulante	42.096	42.692	42.096	42.692

(iii) **Movimentação de ativos e passivos fiscais diferidos durante o período**

				Consolidado		
	31 de dezembro de 2024	**Reconhecidos no resultado do período**	**30 de setembro de 2025**	**31 de dezembro de 2025**	**Reconhecidos no resultado do período**	**30 de setembro de 2026**
Ativos						
Provisão para perda dos estoques	4.105	4.108	8.213	4.415	2.853	7.268
Provisão para perdas de créditos esperadas	1.789	1.988	3.777	4.572	(2.115)	2.457
Provisões para demandas judiciais	7.298	(5.326)	1.972	1.865	(15)	1.850
Provisão desvalorização empréstimos compulsório	6	-	6	6	-	6
Vendas em trânsito - Reversão receita	4.615	27.351	31.966	10.762	22.940	33.702
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	10.495	(2.525)	7.970	10.495	-	10.495
CPC 06 (R2) - Arrendamentos operacionais	-	1.325	1.325	1.385	223	1.608
Provisão para descontos concedidos	-	448	448	-	-	-
Mais valia aquisição de investimentos	522	(391)	131	-	-	-
Total do Ativo	28.830	26.978	55.808	33.500	24.034	57.534
Passivos						
Provisão sobre o custo atribuído	(976)	200	(776)	(725)	164	(561)
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(42.750)	(3.291)	(46.041)	(47.562)	(4.005)	(51.567)
Provisão sobre crédito de PIS/Cofins	(4.847)	3.383	(1.464)	-	-	-
Mais valia aquisição investimentos	(1.334)	549	(785)	(607)	415	(192)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos operacionais	-	(58)	(58)	(388)	(936)	(1.324)
Vendas em trânsito - Reversão Custos e Tributos	(2.300)	(21.819)	(24.119)	(8.926)	(16.076)	(25.001)
Total do Passivo	(52.207)	(21.036)	(73.243)	(58.208)	(20.438)	(78.645)
Impostos diferidos líquido	(23.377)	5.942	(17.435)	(24.708)	3.596	(21.111)

	Controladora					
	31 de dezembro de 2024	**Reconhecidos no resultado do exercício**	**30 de setembro de 2025**	**31 de dezembro de 2025**	**Reconhecidos no resultado do exercício**	**30 de setembro de 2026**
Ativos						
Provisão para perda dos estoques	1.748	1.270	3.018	2.863	841	3.704
Provisão para perdas de créditos esperadas	858	926	1.784	2.096	(693)	1.403
Provisões para demandas judiciais	4.369	(4.001)	368	368	254	622
Provisão desvalorização empréstimos compulsório	6	-	6	6	-	6
Vendas em trânsito - Reversão receita	6.155	13.941	20.096	7.246	13.223	20.469
Provisão para descontos concedidos	-	448	448	-	148	148
Total do Ativo	13.136	12.584	25.720	12.579	13.773	26.352
Passivos						
Provisão sobre o custo atribuído	(976)	200	(776)	(725)	164	(561)
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(42.750)	(3.291)	(46.041)	(47.562)	(4.005)	(51.567)
Mais valia aquisição investimentos	(1.188)	448	(740)	(595)	403	(192)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos operacionais	-	(58)	(58)	(388)	(936)	(1.324)
Vendas em trânsito - Reversão Custos e Tributos	(4.578)	(10.191)	(14.769)	(6.001)	(8.803)	(14.804)
Total do Passivo	(49.492)	(12.892)	(62.384)	(55.271)	(13.177)	(68.448)
Impostos diferidos líquido	(36.356)	(308)	(36.664)	(42.692)	596	(42.096)

A Administração da Companhia e suas controladas reconhecem o imposto de renda diferido com base nas seguintes premissas:

- 100% impostos diferidos ativos e passivos sobre diferenças temporárias;
- Em situações em que perdas recentes indicam que um lucro tributável futuro é incerto, os impostos diferidos ativos não são reconhecidos sobre as diferenças temporárias dedutíveis em excesso aos impostos diferidos passivos registrados sobre as diferenças temporárias tributáveis, e também não é reconhecido nenhum ativo sobre prejuízos fiscais acumulados não utilizados.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia e suas controladas apresentam a seguinte expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos:

		Consolidado		
		Ativo diferido	**Passivo diferido**	**Total dos impostos diferidos**
2026		45.777	(25.227)	20.550
2027		827	(502)	325
2028		1.306	(276)	1.030
2029		1.387	(100)	1.287
2030		1.944	(90)	1.854
Após 2030	**(a)**	6.293	(52.450)	(46.157)
		57.534	**(78.645)**	**(21.111)**

(a) Referem-se basicamente aos impostos diferidos passivos constituídos sobre os efeitos dos registros do direito de uso, depreciação societária x depreciação fiscal e realização do custo atribuído, as quais são realizadas mediante depreciação e/ou baixa do ativo.

(iv) **Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social**

A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas com imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30 de setembro de 2026	30 de setembro de 2025	30 de setembro de 2026	30 de setembro de 2025
Lucro contábil antes do imposto de renda e da conrtibuição social	126.119	95.310	128.995	95.373
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal combinada	(42.880)	(32.405)	(43.858)	(32.427)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	13.250	(1.025)
Adições/exclusões permanentes:				
Crédito outorgado e redução da base de cálculo do ICMS (a)	50.460	-	30.696	-
Inovação tecnológica (b)	-	5.932	-	4.861
Utilização de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa	-	216	-	-
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa não reconhecidos	(8.170)	(4.416)	(634)	-
Crédito Fiscal IRPJ (25%) LEI 14.789/2023 (c)	1.534	-	-	-
Benefício fiscal - Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)	-	876	-	703
Reconhecimento/realização de IR/CS diferidos sobre mais valia de ativos adquiridos	415	549	403	448
Amortização ágio	1.930	1.930	-	-
Outras adições e exclusões	183	932	739	991
	3.472	(23.596)	596	(23.659)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(124)	(29.538)	-	(23.351)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.596	5.942	596	(308)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do período	3.472	(23.596)	596	(23.659)
Alíquota efetiva	-2,75%	24,76%	-0,46%	24,81%

(a) Refere-se ao benefício fiscal do crédito outorgado/presumido de ICMS tratado como subvenção governamental, excluído da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, com base na legislação atual e entendimento firmado no EREsp nº 1.517.492, reafirmado no acórdão proferido pelo STJ no tema nº 1.182, além da sentença proferida no Mandado de Segurança nº 5001698-21.2024.4.03.6102.

Incerteza sobre tratamentos tributários – IRPJ e CSLL – Lupo S/A

A Lupo S.A. usufrui de incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo Estado de São Paulo, na forma de créditos outorgados do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços ("ICMS"). Até o exercício de 2023, os valores correspondentes a esses incentivos eram excluídos das bases de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), com fundamento no artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, na Lei Complementar nº 160/2017, na jurisprudencial então aplicável às subvenções governamentais e em tutela judicial favorável obtida em ação judicial própria.

Em decorrência da revogação do artigo 30 da Lei nº 12.973/2014 pela Medida Provisória nº 1.185/2023, posteriormente convertida na Lei nº 14.789/2023, houve alteração relevante no tratamento tributário das subvenções governamentais, passando a existir incerteza quanto à aceitação, pelas autoridades fiscais, da exclusão dos incentivos de ICMS das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL.

Diante desse cenário, em março de 2024, a Lupo S.A. impetrou mandado de segurança com o objetivo de assegurar o direito de manter a exclusão dos referidos incentivos na apuração do IRPJ e da CSLL. Em julho de 2024, foi proferida sentença favorável ao pleito da Lupo S.A., reconhecendo esse direito. Contudo, até a data-base das presentes informações financeiras intermediárias, a decisão ainda não havia transitado em julgado.

Incerteza sobre tratamentos tributários – IRPJ e CSLL – Lupo Nordeste Ltda.

A controlada Lupo Nordeste Ltda. usufrui de incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo Estado da Bahia no âmbito do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia - PROBAHIA. Até o exercício de 2023, os valores correspondentes a esses incentivos eram excluídos das bases de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), com fundamento no artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, na Lei Complementar nº 160/2017, no entendimento jurisprudencial então aplicável às subvenções governamentais e em tutela judicial favorável obtida em ação judicial. Em decorrência da revogação do artigo 30 da Lei nº 12.973/2014 pela Medida Provisória nº 1.185/2023, posteriormente convertida na Lei nº 14.789/2023, houve alteração relevante no tratamento tributário das subvenções governamentais, passando a existir incerteza quanto à aceitação, pelas autoridades fiscais, da exclusão dos incentivos de ICMS das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL. Diante desse cenário, a Companhia impetrou mandado de segurança com o objetivo de afastar a inclusão dos referidos incentivos na apuração do IRPJ e da CSLL, em março de 2024. Em junho de 2025, foi determinado o sobrestamento do feito em razão do tema nº 843 de repercussão geral do Supremo Tribunal Federal.

Para ambos os processos, a Administração realizou a análise detalhada à luz do arcabouço contábil vigente, sendo os principais pronunciamentos analisados: (i) ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro; (ii) CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e (iii) CPC 32 – Tributos sobre o lucro. As análises levaram em consideração a opinião da Administração e dos especialistas tributários. Após diversas análises e discussões, conclui-se que, o ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro e CPC 32 seriam os pronunciamentos mais aplicáveis a essas situações em específico, pois a matéria trata especificamente de IRPJ e CSLL, ou seja, tributos sobre o lucro.

Tal pronunciamento requer que a Administração avalie se é "mais provável do que não" que o tratamento fiscal adotado será aceito pelas autoridades tributárias. Considerando-se o entendimento do Superior Tribunal de Justiça após a vigência da Lei nº 14.789/2023, a Administração concluiu que é, mais provável sim do que que não, que a Companhia e sua controlada possuem o direito de efetuar a exclusão dos créditos outorgados e presumidos de Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços ("ICMS") das bases de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") na data de aprovação e emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e esta conclusão está de acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

(b) A partir do ano-calendário de 2006, a pessoa jurídica pode excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor correspondente a até 60% (sessenta por cento) da soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, classificáveis como despesa pela legislação do IRPJ, na forma do inciso I do *caput* do art. 17 desta Lei nº 11.196/05. Em 30 de setembro de 2015, a Medida Provisória nº 694 prevê a suspensão, no ano-calendário de 2016, dos benefícios fiscais concedidos pela Lei nº 11.196/05 às atividades de pesquisa e desenvolvimento.

(c) As controladas Lupo Nordeste Ltda. e Scalina Ltda. são beneficiárias de incentivos fiscais enquadrados como subvenção para investimento. Nos termos da Lei nº 14.789/2023, esses incentivos geram crédito fiscal correspondente a 25% da receita de subvenção, cuja base de cálculo é limitada às despesas de depreciação, amortização, exaustão ou aluguel relacionadas ao empreendimento incentivado (art. 8º, § 1º, inciso I). O crédito não está sujeito a juros compensatórios, conforme o art. 151, inciso V, da Instrução Normativa RFB nº 2.055/2021, e não integra a base de cálculo do IRPJ, da CSLL, do PIS e da COFINS, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.789/2023.

(v) **Créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social**

A Companhia e suas controladas possuem prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social não reconhecidos, sem limite prescricional, conforme detalhado a seguir:

	Consolidado	
	30 de setembro de 2026	**31 de dezembro de 2025**
Lupo S.A.	1.866	-
Scalina Ltda	241.074	223.119
Lupo Nordeste Ltda	109.089	106.042
Lupo Lojas Ltda	12.927	11.937
	364.956	341.098

A Companhia reconhece o ativo fiscal diferido de acordo com a expectativa de sua realização, através de projeções de lucros futuros. Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, está reconhecido, no controlada Lupo Nordeste Ltda., o montante de R$10.495, constituído sobre a base de R$30.868.

12 Investimentos

a. Composição dos saldos

	Consolidado		Controladora	
	30 de setembro de 2026	**31 de dezembro de 2025**	**30 de setembro de 2026**	**31 de dezembro de 2025**
Outros investimentos	142	142	142	142
Participação em empresas controladas	-	-	567.062	528.178
	142	142	567.204	528.320
Ativo Não Circulante - Investimento	142	142	570.349	529.001
Passivo Não Circulante - Provisão para perda em investimentos	-	-	(3.145)	(681)

b. Movimentação dos saldos – Controlada

	Scalina Ltda. Consolidada		Lupo Têxtil Unipessoal LDA		Leporis S.A.		
	30 de setembro de 2026	**31 de dezembro de 2025**	**30 de setembro de 2026**	**31 de dezembro de 2025**	**30 de setembro de 2026**	**31 de dezembro de 2025**	
Ações/quotas possuídas	512.339.874	512.339.874	1	1	99	99	
Percentual de participação	100%	100%	100%	100%	99%	99%	
Balanço							
Capital social	581.973	581.973	59	59	39	34	
Ativo	676.015	651.606	678	960	24.467	1.867	
Passivo	158.785	201.198	1.642	1.226	26.647	1.843	
Patrimônio líquido	517.230	450.408	(964)	(266)	(2.180)	24	
	30 de setembro de 2026	**30 de setembro de 2025**	**30 de setembro de 2026**	**30 de setembro de 2025**	**30 de setembro de 2026**	**30 de setembro de 2025**	
Resultado							
Receita Líquida	500.603	552.184	361	185	12.360	-	
Despesas e custos	(462.255)	(554.487)	(769)	(648)	(14.206)	(311)	
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	3.000	63	-	-	(124)	-	
Resultado do exercício	41.348	(2.240)	(408)	(463)	(1.970)	(311)	**Total**
Valor contábil do investimento no início do período	**528.859**	**500.543**	**(620)**	**7**	**(61)**	**-**	**528.178**
Resultado da equivalência patrimonial	41.348	(2.240)	(408)	(463)	(1.970)	(311)	38.970
Investimento no final do período	**570.207**	**498.303**	**(1.028)**	**(456)**	**(2.031)**	**(311)**	**567.148**
Aquisição de investimento	-	-	-	-	-	31	-
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	-	-	63	1	(149)	(6)	(86)
Valor contábil do investimento no final do período	**570.207**	**498.303**	**(965)**	**(455)**	**(2.180)**	**(286)**	**567.062**

13 Imobilizado

	Consolidado										
	Terrenos	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e Periféricos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Bens em construção	Edificios	Adiantamento a fornecedor	Direito de Uso (IFRS16)	Total
Custo e custo atribuído:											
Saldo em 31 de dezembro de 2024	69	468.540	15.929	2.117	12.902	103.628	18.012	26.669	2.854	159.615	810.335
Adições	-	33.454	829	3	360	97	3.761	-	9.973	4.306	52.783
Reclassificação do Ativo Imobilizado:											
mais valia na aquisição	-	-	-	-	-	-	(4.314)	-	-	-	(4.314)
Alienações	-	(9.176)	-	-	-	-	(5.891)	-	(458)	(136)	(15.661)
Transferências	-	12.985	-	-	-	6.889	(8.715)	-	(11.159)	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2025	69	505.803	16.758	2.120	13.262	110.614	2.853	26.669	1.210	163.785	843.143
Saldo em 31 de dezembro de 2025	69	513.660	16.943	2.120	13.312	110.615	5.337	26.669	15	165.180	853.920
Adições	-	24.131	1.029	39	505	50	12.848	-	5.131	6.275	50.008
Alienações (i)	-	(43.471)	(1.547)	(101)	(192)	-	-	-	-	(2.254)	(47.565)
Transferências	-	1.859	503	-	-	1.855	(3.233)	330	(1.314)	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2026	69	496.179	16.928	2.058	13.625	112.520	14.952	26.999	3.832	169.201	856.363
Depreciação:											
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(268.699)	(10.424)	(1.843)	(9.914)	(17.930)	-	(19.921)	-	(71.239)	(399.970)
Depreciação do período	-	(13.300)	(673)	(66)	(822)	(1.281)	-	(800)	-	(19.181)	(36.123)
Amortização Mais Valia	-	(166)	-	-	-	-	-	-	-	-	(166)
Alienações	-	8.283	-	-	-	-	-	-	-	114	8.397
Saldo em 30 de setembro de 2025	-	(273.882)	(11.097)	(1.909)	(10.736)	(19.211)	-	(20.721)	-	(90.306)	(427.862)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(279.863)	(11.338)	(1.928)	(11.002)	(19.687)	-	(20.988)	-	(96.879)	(441.685)
Depreciação do período	-	(13.862)	(686)	(49)	(785)	(1.431)	-	(800)	-	(20.598)	(38.211)
Amortização Mais Valia	-	(1.184)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.184)
Alienações (i)	-	18.712	503	69	114	-	-	-	-	1.900	21.298
Saldo em 30 de setembro de 2026	-	(276.197)	(11.521)	(1.908)	(11.673)	(21.118)	-	(21.788)	-	(115.577)	(459.782)
Valor líquido contábil:											
Saldo residual em 31/12/2025	69	233.797	5.605	192	2.310	90.928	5.337	5.681	15	68.301	412.235
Saldo residual em 30/09/2026	69	219.982	5.407	150	1.952	91.402	14.952	5.211	3.832	53.624	396.581
Taxas anuais de depreciação	-	8,33%	10,00%	16,67%	20,00%	2,94%	-	4,00%	-		

(i) O montante de 18.558 refere-se a alienações de máquinas e equipamentos entre partes relacionadas representadas pelas empresas Lupo S.A., Scalina Ltda. e Leporis S.A..

	Controladora								
	Máquinas, equipamentos e instalações	**Móveis e utensílios**	**Veículos**	**Computadores e Periféricos**	**Benfeitorias em imóveis de terceiros**	**Bens em construção**	**Adiantamento a fornecedor**	**Direito de Uso (IFRS16)**	**Total**
Custo e custo atribuído:									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	321.816	9.696	868	8.662	103.629	16.055	2.854	88.799	552.379
Adições	26.725	547	3	253	86	2.721	9.515	2	39.852
Reclassificação do Ativo Imobilizado: mais valia na aquisição	-	-	-	-	-	(4.314)	-	-	(4.314)
Alienações	(6.977)	-	-	-	-	(5.891)	-	-	(12.868)
Transferências	11.211	-	-	-	6.889	(6.941)	(11.159)	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2025	352.775	10.243	871	8.915	110.604	1.630	1.210	88.801	575.049
Saldo em 31 de dezembro de 2025	358.634	10.308	871	8.953	110.604	3.791	15	90.196	583.372
Adições (i)	21.094	855	28	424	49	12.763	5.033	3.000	43.246
Alienações	(8.875)	-	-	-	-	-	-	(1.900)	(10.775)
Transferências	1.604	-	-	-	1.429	(1.719)	(1.314)	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2026	372.457	11.163	899	9.377	112.082	14.835	3.734	91.296	615.843
Depreciação:									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(163.862)	(6.713)	(712)	(6.298)	(16.358)	-	-	(58.496)	(252.439)
Depreciação do exercício	(8.527)	(402)	(35)	(730)	(1.281)	-	-	(13.020)	(23.995)
Amortização Mais Valia	(1.318)	-	-	-	-	-	-	-	(1.318)
Alienações	6.230	-	-	-	-	-	-	-	6.230
Saldo em 30 de setembro de 2025	(167.477)	(7.115)	(747)	(7.028)	(17.639)	-	-	(71.516)	(271.522)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(170.432)	(7.250)	(755)	(7.261)	(18.115)	-	-	(75.944)	(279.757)
Depreciação do exercício	(10.189)	(425)	(20)	(687)	(1.429)	-	-	(13.977)	(26.727)
Amortização Mais Valia	(1.184)	-	-	-	-	-	-	-	(1.184)
Alienações	6.947	-	-	-	-	-	-	1.900	8.847
Saldo em 30 de setembro de 2026	(174.858)	(7.675)	(775)	(7.948)	(19.544)	-	-	(88.021)	(298.821)
Valor líquido contábil:									
Saldo residual em 31/12/2025	188.202	3.058	116	1.692	92.489	3.791	15	14.252	303.615
Saldo residual em 30/09/2026	197.599	3.488	124	1.429	92.538	14.835	3.734	3.275	317.022
Taxas anuais de depreciação	8,33%	10,00%	16,67%	20,00%	2,94%	-	-		

O

(i) O montante de 16.558 refere-se a adições de máquinas e equipamentos entre partes relacionadas representadas pelas empresas Lupo S.A. e Scalina Ltda.

Garantia

Em 30 de setembro de 2026 e em 31 de dezembro de 2025, não havia propriedades sujeitas a fiança registrada para garantir empréstimos bancários.

Valor recuperável do ativo imobilizado

Para o período findo em 30 de setembro de 2026 e para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

14 Intangível

	Consolidado				
	Sistemas de informática	**Outros bens e direitos**	**Ágio na aquisição de controlada**	**Sistemas de informática em andamento**	**Total**
Custo:					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	44.811	3.165	91.085	-	139.061
Adições	2.701	282	-	1.110	4.093
Reclassificação do Ativo Imobilizado para Ativo Intangível	-	-	-	4.314	4.314
Transferências	975	-	-	(975)	-
Baixas	-	(204)	-	-	(204)
Saldo em 30 de setembro de 2025	48.487	3.243	91.085	4.449	147.264
Saldo em 31 de dezembro de 2025	48.487	3.243	91.085	5.362	148.177
Adições	428	1.200	-	7.166	8.794
Saldo em 30 de setembro de 2026	48.915	4.443	91.085	12.528	156.971
Amortização:					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(39.156)	(1.792)	-	-	(40.948)
Amortização	(1.858)	(136)	-	-	(1.994)
Saldo em 30 de setembro de 2025	(41.014)	(1.928)	-	-	(42.942)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(42.773)	(2.086)	-	-	(44.859)
Amortização	(1.122)	(256)	-	-	(1.378)
Saldo em 30 de setembro de 2026	(43.895)	(2.342)	-	-	(46.237)
Valor líquido contábil:					
Saldo residual em 31/12/2025	5.714	1.157	91.085	5.362	103.318
Saldo residual em 30/09/2026	5.020	2.101	91.085	12.528	110.734
Taxas anuais de amortização	20,00%	5,00%	-	-	

	Controladora			
	Sistemas de informática	**Outros bens e direitos**	**Sistemas de informática em andamento**	**Total**
Custo:				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	28.498	1.666	-	30.164
Adições	2.677	-	1.110	3.787
Reclassificação do Ativo Imobilizado para Ativo Intangível	-	-	4.314	4.314
Transferências	975	-	(975)	-
Saldo em 30 de setembro de 2025	32.150	1.666	4.449	38.265
Saldo em 31 de dezembro de 2025	32.150	1.666	5.362	39.178
Adições	428	-	7.166	7.594
Saldo em 30 de setembro de 2026	32.578	1.666	12.528	46.772
Amortização:				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(24.746)	(1.638)	-	(26.384)
Amortização	(2.725)	-	-	(2.725)
Saldo em 30 de setembro de 2025	(27.471)	(1.638)	-	(29.109)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(28.340)	(1.638)	-	(29.978)
Amortização	(1.108)	-	-	(1.108)
Saldo em 30 de setembro de 2026	(29.448)	(1.638)	-	(31.086)
Valor líquido contábil:				
Saldo residual em 31/12/2025	3.810	28	5.362	9.200
Saldo residual em 30/09/2026	3.130	28	12.528	15.686
Taxas anuais de amortização	20,00%	5,00%	-	

Os ativos intangíveis são demonstrados ao valor de custo deduzidos de amortização e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. São registrados como parte dos custos em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia e suas controladas.

A amortização desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos intangíveis.

Provisão para impairment

O *goodwill* é avaliado por *impairment* anualmente ou sempre que sejam identificados indícios de que o ativo está com imparidade. Para 31 de dezembro de 2025, o valor recuperável excedeu o valor contábil e nenhuma provisão para redução ao valor recuperável foi necessária.

Não houve atualizações no estudo em setembro de 2026 em função da ausência indícios de *impairment* nos ativos avaliados.

15 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia aluga veículos e imóveis. Esses arrendamentos duram normalmente 4 anos, com a opção de renovar o arrendamento após esse período. Os pagamentos do arrendamento são ajustados anualmente para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos preveem pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados nas mudanças no índice geral de preços. Para certos arrendamentos, a Companhia está impedida de celebrar quaisquer contratos de subarrendamento.

As informações sobre os arrendamentos dos quais a Companhia e suas controladas são as arrendatárias são apresentadas a seguir:

a. Ativo de direito de uso

Na adoção inicial a mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo esperado de uso dos ativos.

(i) Composição da movimentação

									Consolidado
	31 de dezembro de 2024	Adição	Baixas	Remensuração	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2025	Adição	Baixas	30 de setembro de 2026
Custo:									
Imóveis	158.580	4.304	(136)	2	162.750	164.068	5.319	(1.351)	168.036
Veículos	1.035	-	-	-	1.035	1.226	956	(903)	1.279
	159.615	4.304	(136)	2	163.785	165.294	6.275	(2.254)	169.315
Depreciação:									
Imóveis	(70.598)	(18.823)	-	-	(89.421)	(96.017)	(20.281)	997	(115.301)
Veículos	(641)	(244)	-	-	(885)	(976)	(317)	903	(390)
	(71.239)	(19.067)	-	-	(90.306)	(96.993)	(20.598)	1.900	(115.691)
Saldo Líquido									
Imóveis	87.982				73.329	68.051			52.735
Veículos	394				150	250			889
	88.376				73.479	68.301			53.624

								Controladora
	31 de dezembro de 2024	Adição	Remensuração	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2025	Adição	Baixas	30 de setembro de 2026
Custo:								
Imóveis	87.764	-	2	87.766	88.970	2.044	(997)	90.017
Veículos	1.035	-	-	1.035	1.226	956	(903)	1.279
	88.799	-	2	88.801	90.196	3.000	(1.900)	91.296
Depreciação:								
Imóveis	(57.855)	(12.776)	-	(70.631)	(74.968)	(13.660)	997	(87.631)
Veículos	(641)	(244)	-	(885)	(976)	(317)	903	(390)
	(58.496)	(13.020)	-	(71.516)	(75.944)	(13.977)	1.900	(88.021)
Saldo Líquido								
Imóveis	29.909			17.135	14.002			2.386
Veículos	394			150	250			889
	30.303			17.285	14.252			3.275

Os ativos de direito de uso têm o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente. Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não houve alterações em contratos de arrendamentos vigentes.

b. Passivo de arrendamento

Para os contratos abrangidos pela norma, o valor dos pagamentos futuros de rendas fixas, descontados a uma taxa nominal de endividamento incremental, foi considerado um componente do passivo de locação.

A taxa nominal de endividamento incremental (desconto) utilizada para o cálculo do valor presente dos contratos baseou-se nas cotações efetuadas junto de instituições financeiras para aquisição de ativos em condições semelhantes às dos contratos de arrendamento. As contraprestações são atualizadas anualmente pelo índice correspondente em cada contrato.

A taxa média obtida no consolidado é de 12,19% a.a. em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, e na controladora de 7,8% a.a. em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, na mensuração e remensuração de seus passivos de arrendamento e ativos de direito de uso, a Companhia utilizou o método de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, de acordo com a vedação imposta pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16. Essa proibição pode gerar distorções significativas nas informações a serem prestadas em virtude da atual realidade das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos concluindo que são imateriais para suas demonstrações financeiras.

(i) Composição da movimentação

								Consolidado
	31 de dezembro de 2025	**Adições de Principal**	**Baixas de Principal**	**Pagamento de Principal**	**Juros Apropriados**	**Baixas de Juros**	**Remensuração**	**30 de setembro de 2026**
Imóveis	74.407	5.319	(1.351)	(20.281)	2.934	(4.429)	-	56.599
Veículos	1.278	956	(903)	(317)	21	886	-	1.921
	75.685	**6.275**	**(2.254)**	**(20.598)**	**2.955**	**(3.543)**	**-**	**58.520**
Total apresentado no passivo circulante	24.402							9.610
Total apresentado no passivo não circulante	51.283							48.910

	31 de dezembro de 2024	**Adições de Principal**	**Baixas de Principal**	**Pagamento de Principal**	**Juros Apropriados**	**Baixas de Juros**	**Remensuração**	**30 de setembro de 2025**
Imóveis	95.718	4.304	(136)	(18.823)	4.935	(5.754)	2	80.246
Veículos	1.423	-	-	(244)	10	(7)	-	1.182
	97.141	**4.304**	**(136)**	**(19.067)**	**4.945**	**(5.761)**	**2**	**81.428**
Total apresentado no passivo circulante	26.721							28.535
Total apresentado no passivo não circulante	70.420							52.893

								Controladora
	31 de dezembro de 2025	**Adições de Principal**	**Baixas de Principal**	**Pagamento de Principal**	**Juros Apropriados**	**Baixas de Juros**	**Remensuração**	**30 de setembro de 2026**
Imóveis	16.117	2.044	(997)	(13.660)	237	(2.391)	-	1.350
Veículos	1.278	956	(903)	(317)	21	886	-	1.921
	17.395	**3.000**	**(1.900)**	**(13.977)**	**258**	**(1.505)**	**-**	**3.271**
Total apresentado no passivo circulante	16.711							1.130
Total apresentado no passivo não circulante	684							2.141

	31 de dezembro de 2024	**Adições de Principal**	**Baixas de Principal**	**Pagamento de Principal**	**Juros Apropriados**	**Baixas de Juros**	**Remensuração**	**30 de setembro de 2025**
Imóveis	34.761	-	-	(12.776)	1.821	(3.697)	2	20.111
Veículos	1.423	-	-	(244)	10	(7)	-	1.182
	36.184	**-**	**-**	**(13.020)**	**1.831**	**(3.704)**	**2**	**21.293**
Total apresentado no passivo circulante	20.010							20.969
Total apresentado no passivo não circulante	16.174							324

(ii) Estimativa de liquidação

	Consolidado		
	Passivo de Arrendamento	**Juros**	**Valor Presente dos passivos de arrendamento**
2026	3.303	(919)	2.384
2027	12.926	(3.314)	9.612
2028	12.511	(2.693)	9.818
2029	11.729	(2.047)	9.682
2030	10.979	(1.399)	9.580
2031	10.793	(723)	10.070
2032 - 2056	7.824	(450)	7.374
Saldo em 30 de setembro de 2026	**70.065**	**(11.545)**	**58.520**

	Controladora		
	Passivo de Arrendamento	**Juros**	**Valor Presente dos passivos de arrendamento**
2026	354	(52)	302
2027	1.207	(186)	1.021
2028	817	(137)	680
2029	346	(100)	246
2030	290	(68)	222
2031	227	(33)	194
2032 - 2056	915	(309)	606
Saldo em 30 de setembro de 2026	**4.156**	**(885)**	**3.271**

16 Fornecedores

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30 de setembro de 2026	**31 de dezembro de 2025**	**30 de setembro de 2026**	**31 de dezembro de 2025**
Fornecedores mercado interno		72.244	68.755	37.228	27.428
Fornecedores mercado externo		8.506	2.954	976	527
Fornecedores - Partes Relacionadas	**20**	209	105	7.479	2.196
		80.959	71.814	45.683	30.151

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na Nota Explicativa nº 22 – Instrumentos Financeiros.

17 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa nº 22 – Instrumentos Financeiros.

Termos e cronograma de amortização da dívida

Termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

					Consolidado e Controladora	
					30 de setembro de 2026	31 de dezembro de 2025
Finalidade	**Moeda**	**Indexador**	**Taxa de juros nominal**	**Mês/Ano de vencimento**	**Valor contábil**	**Valor contábil**
Capital de giro	US$	Pós-fixado	70% x CDI a.a.	mar/29	47.799	51.239
Total de passivos com incidência de juros					47.799	51.239
Circulante					17.449	3.368
Não circulante					30.350	47.871

Em 30 de setembro de 2026, os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos nos seguintes anos:

	Consolidado e Controladora	
	30 de setembro de 2026	31 de dezembro de 2025
Ano de vencimento:		
2027	-	15.957
2028	15.175	15.957
2029	15.175	15.957
	30.350	47.871

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Consolidado/Controladora					
	31 de dezembro de 2025	**Juros Provisionados**	**Juros Pagos**	**Variação Cambial**	**Baixa de Principal**	**30 de setembro de 2026**
Capital de giro	51.239	3.662	(4.305)	(2.797)	-	47.799

	Consolidado/Controladora					
	31 de dezembro de 2024	**Juros Provisionados**	**Juros Pagos**	**Variação Cambial**	**Baixa de Principal**	**30 de setembro de 2025**
Capital de giro	66.410	4.662	(4.323)	(8.525)	-	58.224

A Companhia e suas controladas estão sujeitas e vêm cumprindo determinadas cláusulas restritivas não financeiras existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, sendo as mais significativas as apresentadas a seguir:

- Cumprir o disposto na legislação referente à Política Nacional de Meio Ambiente, adotando, durante o prazo de vigência do contrato, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo projeto financiado;
- Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o prazo de vigência do contrato;
- Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes do contrato; e

- Manter em dia o pagamento de todas as obrigações de naturezas tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, inclusive as contribuições devidas ao COFINS, FGTS, PIS/PASEP.

18 Salários e férias a pagar

	Consolidado		Controladora	
	30 de setembro de 2026	**31 de dezembro de 2025**	**30 de setembro de 2026**	**31 de dezembro de 2025**
Salários e Ordenados a Pagar	10.208	9.460	5.884	5.942
Provisão PPR	2.425	4.035	1.924	3.987
Provisão de férias	41.348	23.995	25.647	14.569
	53.981	37.490	33.455	24.498

19 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado		Controladora	
	30 de setembro de 2026	**31 de dezembro de 2025**	**30 de setembro de 2026**	**31 de dezembro de 2025**
ICMS	383	935	-	-
Previdência social a recolher	16.458	10.549	9.803	6.258
FGTS a recolher	3.967	3.328	2.594	1.916
COFINS a recolher	186	196	-	-
IRRF a recolher	565	1.341	404	1.103
PIS a recolher	35	43	-	-
ISS a recolher	58	48	34	27
Parcelamentos - PIS/COFINS	168	310	-	-
Outros	342	802	169	513
	22.162	**17.552**	**13.004**	**9.817**
Passivo circulante	22.069	17.414	13.004	9.817
Passivo não circulante	93	138	-	-

20 Partes relacionadas

		Consolidado			
		30 de setembro de 2026		31 de dezembro de 2025	
	Nota	Saldos	Receitas (despesas)	Saldos	Receitas (despesas)
Ativo circulante					
Venda de produtos					
Comercial Lupo S.A.	(i)	47	1.068	111	-
Diversos	(iv)	18.205	87.855	12.999	125.787
Total do ativo	**10**	**18.252**	**88.923**	**13.110**	**125.787**
Passivo circulante					
Serviços Hotelaria / Diversos					
Comercial Lupo S.A.	(i)	(105)	(1.412)	(105)	(970)
Daniela Lupo Stella	(v)	-	(271)	-	(84)
YToara - Engenharia e Comercio Ltda	(vi)	(104)	(1.375)	-	(496)
	19	(209)	(3.058)	(105)	(1.550)
Conselheiros de administração / Diretoria	(vii)	(221)	(4.523)	(441)	(4.647)
Arrendamentos a pagar					
Lupo Adm e Participações Ltda.	(iii)	(22.481)	(20.401)	(41.495)	(6.544)
		(22.911)	**(27.982)**	**(42.041)**	**(12.741)**
Dividendos e Juros sobre capital próprio					
Acionistas		(32.465)	-	(70.888)	-
Total do passivo		**(55.376)**	**(27.982)**	**(112.929)**	**(12.741)**

		Controladora			
		30 de setembro de 2026		31 de dezembro de 2025	
		Saldos	Receitas (despesas)	Saldos	Receitas (despesas)
Ativo circulante					
Venda de produtos					
Comercial Lupo S.A.	(i)	47	998	82	-
Lupo Nordeste Ltda.	(ii)	6.752	33.033	25.209	169.186
Scalina Ltda	(ii)	396	2.361	2.404	7.023
Lupo Lojas Ltda	(ii)	18.755	15.438	14.270	19.171
Lupo Têxtil, Unipessoal LDA		527	218	412	255
Leporis S.A.		4.153	2.601	979	664
Diversos	(iv)	14.002	71.673	8.414	94.966
		44.632	**126.322**	**51.770**	**291.265**
Alugueis a receber					
Scalina Ltda		2	22	2	22
	10	**44.634**	**126.344**	**51.772**	**291.287**
Crédito coligadas					
Lupo Têxtil, Unipessoal LDA		1.095	-	970	-
Scalina Ltda		-	-	5.260	-
Leporis S.A.		3.102	-	3.311	-
		4.197	**-**	**9.541**	**-**
Total do ativo		**48.831**	**126.344**	**61.313**	**291.287**
Passivo circulante					
Serviços Hotelaria / Diversos					
Comercial Lupo S.A.	(i)	(60)	(1.208)	(14)	(778)
Lupo Nordeste Ltda.	(ii)	(2.692)	(2.455)	(1.976)	(62.931)
Scalina Ltda	(ii)	(4.623)	(2.857)	(206)	(70.293)
Daniela Lupo Stella	(v)	-	(271)	-	(84)
YToara - Engenharia e Comercio Ltda	(vi)	(104)	(1.375)	-	(496)
	19	(7.479)	(8.166)	(2.196)	(134.582)
Conselheiros de administração / Diretoria	(vii)	(221)	(4.523)	(441)	(4.647)
Arrendamentos a pagar					
Lupo Adm e Participações Ltda.	(iii)	-	(16.485)	(20.498)	(10.689)
		(7.700)	**(29.174)**	**(23.135)**	**(149.918)**
Dividendos e Juros sobre capital próprio					
Acionistas		(32.465)	-	(70.888)	-
Total do passivo		**(40.165)**	**(29.174)**	**(94.023)**	**(149.918)**

(i) **Comercial Lupo S.A.**

Os saldos a receber da Comercial Lupo S.A., empresa coligada da Lupo S.A., referem-se, à venda de produtos para as lojas da Comercial Lupo S.A., e os saldos a pagar para a Comercial Lupo S.A., referem-se a aluguéis e serviços de hotelaria.

(ii) **Scalina Ltda., Lupo Nordeste Ltda. e Lupo Lojas Ltda.**

Referem-se basicamente aos serviços prestados/contratados e à venda/compra de produtos.

(iii) **Lupo Administração e Participações Ltda.**

As contas a pagar com a Lupo Administração e Participações Ltda. refere-se aos aluguéis dos prédios nos quais a Lupo S.A. e a Lupo Nordeste Ltda., mantêm suas operações industriais.

(iv) **Acionistas, familiares e contratados da Companhia**

O saldo a receber de diversos refere-se à venda de produtos, como meias, cuecas, *lingeries*, entre outros, para as lojas franqueadas de propriedade dos acionistas e familiares de acionistas. Em 30 de setembro de 2026 representam 165 lojas (158 lojas em 31 de dezembro de 2025), e para contratados da Companhia representam 20 lojas (20 lojas em 31 de dezembro de 2025). Essas transações respeitam todas as regras e condições comerciais de franquias, incluindo a de concentração, na qual é definido que o máximo de lojas por franqueado não pode ultrapassar 5% em quantidade de lojas ou valor de faturamento em reais, o que ocorrer primeiro. A participação do grupo familiar pode alcançar, no máximo 28% do faturamento da rede de franquias do Grupo Lupo, reservando-se 2% para novos entrantes, totalizando 30%.

Adicionalmente, na data base, não há inadimplência ou saldos vencidos com as referidas partes relacionadas.

(v) **Daniela Lupo Stella**

Prestação de serviço de assessoria da gestão do Espaço Lupo.

(vi) **Ytoara - Engenharia e Comercio Ltda**

A empresa na qual o acionista Alisson Oliveira Gadelha é funcionário, realiza serviços de manutenção civil.

(vii) **Conselheiros de Administração / Diretoria**

Remuneração aprovada em Assembleia, dos acionistas Carlos Dinucci, Elvio Lupo Júnior e Ricardo Lupo e Liliana Aufiero, que integram o Conselho de Administração.

Adicionalmente, existem transações referente a: i) contratação de seguros, que são intermediadas pela corretora Building Corretora de Seguros Ltda., administrada pelo acionista Aldo Lupo Medina; ii) retirada de parte dos resíduos de produção, sem valor comercial, pela Wolf Reciclagens Ltda.-EPP, de propriedade do acionista Alessandro Oliveira Gadelha.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores e os Conselheiros Administrativos que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. No período findo em 30 de setembro de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram pagos aos Administradores benefícios de curto prazo (salários e participação nos lucros, a qual é distribuída de forma indistinta a todos os funcionários, assistência médica, entre outros), os montantes apresentados abaixo:

	30 de setembro de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de setembro de 2025
Salários e honorários	8.734	13.201	9.623
Gratificação	-	372	372
Participação nos lucros	7	14	7
Benefícios	39	52	38
	8.780	13.639	10.040

Os valores demonstrados encontram-se em conformidade com os limites propostos pelo Conselho de Administração e aprovados em Assembleia Geral Ordinária.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

21 Provisão para riscos

A Companhia possui ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões tributárias e trabalhistas, decorrentes do curso normal das operações.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como apresentado a seguir:

	Consolidado			Controladora	
	Tributária	Cíveis e trabalhistas	Total	Tributária	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.766	3.738	18.504	12.851	12.851
(Reversões) complemento	(12.851)	(1.020)	(13.871)	(12.851)	(12.851)
Saldo em 30 de setembro de 2025	1.915	2.718	4.633	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.915	2.403	4.318	-	-
(Reversões) complemento	1.463	(398)	1.066	1.858	1.858
Saldo em 30 de setembro de 2026	3.378	2.005	5.384	1.858	1.858

Provisão tributária

As provisões tributárias referem-se basicamente a autuação fiscal para a cobrança de "adicional de GILRAT (Contribuição do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho) para financiamento da aposentadoria especial 25 anos – empresas em geral", referente ao exercício de 2018. Em março de 2025, após análise e entendimento dos advogados, ocorreu a alteração da classificação de provável de perda para possível de perda, ocasionando a reversão da provisão em sua totalidade, motivo da reversão no saldo.

A Companhia utilizou os incentivos fiscais previstos no Capítulo III da Lei nº 11.196/2005 (Lei do Bem) nos anos-base de 2020 a 2025. Em relação ao ano-base 2020, o MCTI aprovou parcialmente os dispêndios de PD&I declarados e indeferiu o recurso administrativo apresentado pela Companhia, o que resultou em glosa com efeito de aproximadamente R$640 sobre o benefício de IRPJ/CSLL. Considerando que os demais anos-base aguardam análise, e com base no critério aplicado ao ano-base 2020, a Administração estimou o risco de glosa de R$1.858 até 30 de setembro de 2026.

Provisões tributárias, cíveis e trabalhistas

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia mantinha em andamento processos de ordem tributária, cível e trabalhista cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, no valor aproximado na controladora de R$80.633 (R$63.264 em 31 de dezembro de 2025) e no consolidado de R$88.167 (R$66.889 em 31 de dezembro de 2025), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Segue a composição das contingências segundo a sua natureza:

	Consolidado		Controladora	
	30 de setembro de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de setembro de 2026	31 de dezembro de 2025
Contingências possíveis:				
Cíveis	3.807	3.790	3.734	3.720
Trabalhistas	15.714	4.729	15.446	4.717
Tributárias:				
Créditos de ICMS sobre uso e consumo (a)	15.855	14.610	15.855	14.610
Saldo negativo de IRPJ e CSLL (b)	20.027	18.611	20.027	18.611
Auto infração previdenciário (c)	25.571	21.606	25.571	21.606
Outras	7.193	3.543	-	-
	88.167	66.889	80.633	63.264

(a) **Auto de Infração nº. 005.050.480-0 – Créditos de ICMS sobre uso e consumo:** Trata-se, originariamente, de Auto de Infração e Imposição de Multa, em razão de suposto cometimento de infrações relativas à apropriação de créditos de ICMS. Em 4 de setembro de 2024, a Companhia apresentou impugnação demonstrando que a apropriação de créditos não teve por objeto bens para uso e consumo próprio do estabelecimento, mas sim produtos intermediários diretamente empregados no processo produtivo – inclusive itens que entram em contato direto com a mercadoria final, razão pela qual o creditamento seguiu os estritos ditames legais. Em 14 de fevereiro de 2025, foi proferida decisão de primeira instância mantendo a autuação e imposição de multa, bem como reconhecendo a quitação parcial do débito. Em 14 de março de 2025, foi interposto Recurso Ordinário, admitido em 30 de abril de 2025. As contrarrazões fazendárias foram apresentadas em 18 de junho de 2025. Em 30 de setembro de 2026, o processo aguarda julgamento.

(b) **Saldo Negativo de IRPJ/CSLL 2019 – Momento da Tributação dos créditos reconhecidos na ação nº 0011076-52.2012.403.6120:** Em 2019, foi ajuizado o Mandado de Segurança nº5003632-33.2019.4.03.6120, no qual foi proferida sentença reconhecendo que a tributação dos créditos decorrentes do Mandado de Segurança nº 0011076-52.2012.4.03.6120 deve ocorrer apenas no momento da transmissão dos PER/DCOMPs. Em 7 de novembro de 2025, foi proferido acórdão pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região negando provimento à apelação fazendária e confirmando a sentença. Atualmente aguarda-se o julgamento dos Embargos de Declaração opostos pela Fazenda Nacional.

(c) **Auto de Infração Previdenciário – Processo nº. 15746.720885/2022-34:** Trata-se de cobrança de contribuição adicional do RAT para financiamento da aposentadoria especial e divergências/insuficiência de recolhimento da CPRB, ambas referentes ao exercício de 2018. Em 20 de outubro de 2022, foi certificada a alocação dos pagamentos realizados a título de divergência de contribuição da empresa – informação indevida de ajuste de CPRB em GFIP.

Em 29 de dezembro de 2025, a impugnação foi julgada parcialmente procedente, mantendo-se em parte o crédito tributário lançado (CPRB reduziu de R$2.781 para R$2.494 e RAT reduziu de R$5.195 para R$3.269). Em 4 de fevereiro de 2026, a Companhia interpôs Recurso Voluntário direcionado ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais para questionar o valor remanescente. Atualmente os autos encontram-se no CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aguardando julgamento do recurso voluntário.

Segue a composição dos depósitos judiciais que estão sendo efetuados pela Companhia e suas controladas:

	Consolidado		
Descrição	**31 de dezembro de 2025**	**(Reversão) / Complemento**	**30 de setembro de 2026**
Depósitos Judiciais Natureza Trabalhista	1.339	366	1.705
Depósitos Judiciais Natureza Tributária	5.152	(55)	5.097
	6.491	311	6.802

Descrição	**31 de dezembro de 2024**	**(Reversão) / Complemento**	**30 de setembro de 2025**
Depósitos Judiciais Natureza Trabalhista	3.609	29	3.638
Depósitos Judiciais Natureza Tributária	3.840	6	3.846
	7.449	35	7.484

	Controladora		
Descrição	**31 de dezembro de 2025**	**(Reversão) / Complemento**	**30 de setembro de 2026**
Depósitos Judiciais Natureza Trabalhista	430	336	766
Depósitos Judiciais Natureza Tributária	77	(56)	21
	507	280	787

Descrição	**31 de dezembro de 2024**	**(Reversão) / Complemento**	**30 de setembro de 2025**
Depósitos Judiciais Natureza Trabalhista	649	(162)	487
Depósitos Judiciais Natureza Tributária	71	6	77
	720	(156)	564

22 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Consolidado				
	Valor contábil		Valor justo		
30 de setembro de 2026	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	377.569	377.569	-	-	-
Contas a receber e Outras contas a receber	391.169	391.169	-	-	-
Passivos					
Fornecedores	(80.959)	(80.959)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(47.799)	(47.799)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(32.465)	(32.465)	-	-	-
Outras contas a pagar	(11.037)	(11.037)	-	-	-

	Valor contábil		Valor justo		
31 de dezembro de 2025	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	316.071	316.071	-	-	-
Contas a receber e Outras contas a receber	391.034	391.034	-	-	-
Passivos					
Fornecedores	(71.814)	(71.814)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(51.239)	(51.239)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(70.888)	(70.888)	-	-	-
Outras contas a pagar	(24.165)	(24.165)	-	-	-

	Controladora				
	Valor contábil		Valor justo		
30 de setembro de 2026	**Custo amortizado**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	276.970	276.970	-	-	-
Contas a receber e Outras contas a receber	272.001	272.001	-	-	-
Passivos					
Fornecedores	(45.683)	(45.683)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(47.799)	(47.799)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(32.465)	(32.465)	-	-	-
Outras contas a pagar	(9.607)	(9.607)	-	-	-

	Valor contábil		Valor justo		
31 de dezembro de 2025	**Custo amortizado**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	243.526	243.526	-	-	-
Contas a receber e Outras contas a receber	279.429	279.429	-	-	-
Passivos					
Fornecedores	(30.151)	(30.151)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(51.239)	(51.239)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(70.888)	(70.888)			
Outras contas a pagar	(22.213)	(22.213)	-	-	-

b. Determinação do valor justo

O valor justo é o valor pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes conhecedoras e dispostas em uma transação em condições normais de mercado. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações nas métricas utilizadas para mensurar um valor por um valor confiável.

No período findo em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não efetuaram transferências entre níveis hierárquicos.

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos foram determinados para fins de mensuração e / ou divulgação com base nos métodos a seguir.

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é uma aproximação razoável de seu valor justo.

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber de clientes e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Este valor justo é determinado para fins de divulgação.

Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

c. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado - taxa de juros, taxa de câmbio, risco de crédito e risco de liquidez. A Diretoria Executiva determina as estratégias a serem adotadas em cada circunstância e coordena o acesso aos mercados financeiros nacionais e estrangeiros, além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia e suas controladas por meio de relatórios internos de risco que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

A Diretoria Executiva reporta-se periodicamente ao Conselho de Administração para discussão de riscos e exposições.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a cada um dos riscos acima mencionados, seus objetivos, políticas e processos de mensuração, gestão de risco, e sua gestão de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras consolidadas e da controladora.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. Os gestores de cada departamento reportam-se regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites.

As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento no mercado que o cliente opera.

A Companhia e suas controladas limitam a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento parcelado de oito meses para clientes.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento e entrega da Companhia e suas controladas serem oferecidos. A análise da Companhia e suas controladas inclui avaliações externas quando disponíveis e em alguns casos referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente que representam o montante máximo em aberto sem exigir a aprovação da Diretoria; esses limites são revisados anualmente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Companhia e suas controladas somente poderão operar em base de pagamentos antecipados.

No monitoramento do risco de crédito com clientes os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo pessoa jurídica, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, localização geográfica, perfil de idade, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores.

Contas a receber de clientes e outros créditos são relacionadas principalmente aos clientes de varejo, atacado e franquias da Companhia. Clientes classificados como de "alto risco" são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pela Diretoria, sendo suas vendas futuras feitas com base em pagamentos antecipados. A Companhia e suas controladas não exigem garantias com relação às contas a receber de clientes e outros créditos.

A Companhia e suas controladas estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos. A provisão para créditos duvidosos foi constituída em montante julgado suficientes para cobrir prováveis perdas na realização, e o critério definido pela Administração é, substancialmente, provisionar todo o saldo de contas a receber vencido há mais de 365 dias. A companhia baixou créditos no consolidado e na controladora, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7. A provisão estimada para perdas de liquidação duvidosa é de R$7.224 em 30 de setembro de 2026 (R$13.445 em 31 de dezembro de 2025) no consolidado, e R$4.125 em 30 de setembro de 2026 (R$6.165 em 31 de dezembro de 2025) na controladora, os demais saldos vencidos estão representados substancialmente por grandes organizações e franquias que não possuem histórico de inadimplência, e os respectivos saldos estão sendo realizados durante o exercício atual.

Uma análise da qualidade de crédito do saldo de contas a receber de clientes que não estavam vencidas nem reduzidas ao valor recuperável e o vencimento das contas a receber de clientes vencidas reduzidas ao valor recuperável está apresentada abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	30 de setembro de 2026	**31 de dezembro de 2025**	**30 de setembro de 2026**	**31 de dezembro de 2025**
Contas a receber - à vencer	329.766	319.450	227.734	220.759
Contas a receber - vencidos				
De 0 a 30 dias	17.159	18.879	7.902	10.770
De 31 a 60 dias	2.297	11.312	223	7.976
De 61 a 90 dias	4.024	3.886	2.709	2.636
De 91 a 180 dias	11.916	5.978	9.284	4.445
Acima de 181 dias	11.441	14.738	7.237	10.807
	376.603	374.243	255.089	257.393

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas encontrarão dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que haja sempre liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Administração julga que a Companhia e suas controladas não têm risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

A seguir estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

					Consolidado
30 de setembro de 2026	**Valor contábil**	**6 meses ou menos**	**7 - 12 meses**	**1 - 2 anos**	**3 - 10 anos**
Passivos financeiros não Derivativos					
Fornecedores	80.959	80.959	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	47.799	-	17.449	-	30.350
Passivo de arrendamentos	58.520	1.652	1.652	12.926	53.836
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	32.465	425	-	17.502	19.842
Outras contas a pagar	11.037	9.237	-	1.800	-
31 de dezembro de 2025	**Valor contábil**	**6 meses ou menos**	**7 - 12 meses**	**1 - 2 anos**	**3 - 10 anos**
Passivos financeiros não Derivativos					
Fornecedores	71.814	71.814	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	51.239	-	3.368	-	47.871
Passivo de arrendamentos	75.685	14.314	14.314	11.765	49.365
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	70.888	27.750	13.850	17.502	19.842
Outras contas a pagar	24.165	21.830	-	2.335	-

	Controladora				
30 de setembro de 2026	**Valor contábil**	**6 meses ou menos**	**7 - 12 meses**	**1 - 2 anos**	**3 - 5 anos**
Passivos financeiros não Derivativos					
Fornecedores	45.683	45.683	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	47.799	-	17.449	-	30.350
Passivo de arrendamentos	3.271	177	177	1.207	2.595
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	32.465	425	-	17.502	19.842
Outras contas a pagar	9.607	7.807	-	1.800	-
31 de dezembro de 2025	**Valor contábil**	**6 meses ou menos**	**7 - 12 meses**	**1 - 2 anos**	**3 - 5 anos**
Passivos financeiros não Derivativos					
Fornecedores	30.151	30.151	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	51.239	-	3.368	-	47.871
Passivo de arrendamentos	17.395	8.653	8.653	520	178
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	70.888	27.750	13.850	17.502	19.842
Outras contas a pagar	22.213	19.963	-	2.250	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ser realizados antecipadamente.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Companhia e suas controladas mantêm constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos seus resultados. Adicionalmente, também são analisados outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra estes.

Risco cambial

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira e que não estejam designados para *hedge accounting*.

	Consolidado - 30 de setembro de 2026		Controladora - 30 de setembro de 2026	
		Impactos no resultado Cenário provável - (0,58%)		**Impactos no resultado Cenário provável - (0,58%)**
Fator de Risco	**US$ mil**	**R$ mil**	**US$ mil**	**R$ mil**
Queda na taxa de câmbio R$/US$	4.177	(127)	3.333	(101)
Queda na taxa de câmbio R$/US$	(1.642)	50	(188)	6

A exposição cambial, refere-se basicamente a curva de risco cambial projetada do dólar, o impacto no resultado foi calculado com uma variação de -0,58%, com base na Estrutura Temporal das Taxas de Juros (ETTJ) e cupom cambial (DDI) na B3.

Risco de taxa juros

A Companhia, possui seus empréstimos contratados indexados a taxas pós-fixadas, em moeda estrangeira, a Companhia entende que as flutuações das taxas de juros são mitigadas parcialmente por meio de hedge natural, decorrente das aplicações:

	Consolidado - 30 de setembro de 2026		Controladora - 30 de setembro de 2026	
Fator de Risco	**R$ mil**	**Impactos no resultado Cenário provável - (1,82%) R$ mil**	**R$ mil**	**Impactos no resultado Cenário provável - (1,82%) R$ mil**
Queda na taxa de juros	320.851	(802)	225.554	(564)
Aumento na taxa de juros	(47.799)	119	(47.799)	119
Posição Líquida	273.052	(683)	177.755	(444)

Com base nas movimentações do mercado financeiro brasileiro, a Companhia entende que haverá um ciclo de ajustes na taxa SELIC, com perspectiva de queda gradual, fechando 2026, em torno de 13,5%.

A Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria impacto significativo nos resultados da Companhia.

Gestão de capital

A política da Companhia e suas controladas é resguardar uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas definem como resultados de atividades operacionais divididos pelo capital empregado médio *Economic Value Added (EVA)*. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para os acionistas.

A Companhia e suas controladas procuram manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos, buscando vantagens e segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O objetivo da Companhia e suas controladas era obter uma boa rentabilidade nos períodos.

A dívida da Companhia e suas controladas para relação do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30 de setembro de 2026	**31 de dezembro de 2025**	**30 de setembro de 2026**	**31 de dezembro de 2025**
Total do passivo	354.403	396.092	232.383	269.574
Menos: Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(377.569)	(316.071)	(276.970)	(243.526)
Dívida liquida (A)	(23.166)	80.021	(44.587)	26.048
Total do patrimônio líquido (B)	1.515.749	1.386.244	1.515.749	1.386.244
Relação da dívida líquida sobre o capital ajustado (A/B)	-1,5%	5,8%	-2,9%	1,9%

A Companhia não alterou sua abordagem à administração de capital durante o período.

23 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social integralizado da Companhia é de R$1.168.151 em 30 de setembro de 2026 e R$1.157.453 em 31 de dezembro de 2025, e está representado por 197.593.686 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em 28 de maio de 2025, houve aumento de capital através de reversão de reserva legal e reserva de investimentos, no montante de R$40.995, conforme ata de reunião do conselho de administração.

Em 19 de dezembro de 2025, houve outro aumento de capital através da reversão da reserva de lucros, no montante de R$80.914.

Em 29 de abril de 2026, houve aumento de capital através de reversão de reserva legal e reserva de investimentos, no montante de R$10.698, conforme ata de reunião do conselho de Administração.

Lucro por ação

O resultado básico e diluído por ação da Companhia é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas pela quantidade de ações ordinárias emitidas, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía instrumentos com efeitos diluidores.

	Consolidado e Controladora	
	30 de setembro de 2026	**30 de setembro de 2025**
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	129.591	71.714
Quantidade de ações ordinárias - milhares	197.594	197.594
Lucro líquido básico e diluído por ação – R$	0,66	0,36

Dividendos e remuneração sobre o capital próprio

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar serão destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Em 31 de dezembro de 2025, foi atribuído R$36.550 de juros sobre o capital próprio (líquido do imposto de renda retido na fonte) e R$42.394 de dividendos a pagar, ao quais em 30 de setembro de 2026 já foram pagos R$36.125 e R$5.050 respectivamente.

Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva para investimentos

Trata-se de reserva estatutária calculada com base no saldo remanescente dos lucros apurados no exercício após as destinações para reserva legal e dividendos, sendo destinada à aplicação em investimentos futuros, que visa financiar parte do orçamento de capital, preparado pela Diretoria, compreendendo aquisição de equipamentos e máquinas, desenvolvimento do parque industrial e capital de giro.

Ajustes de avaliação patrimonial

Decorrentes do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem, além de resultado com transações entre acionistas. Na medida em que os bens, objeto da atribuição de novo valor, são depreciados ou baixados contra o resultado, os respectivos valores são transferidos da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial para Lucros acumulados.

24 Receita operacional líquida

	Consolidado			
	30 de setembro de 2026		30 de setembro de 2025	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Receitas totais				
Vendas Mercado Interno	494.201	1.413.791	486.296	1.381.364
Vendas Mercado Externo	6.511	14.680	2.541	12.468
	500.712	1.428.471	488.837	1.393.832
Menos:				
Impostos sobre vendas	(70.141)	(208.754)	(73.869)	(213.699)
Descontos concedidos	(449)	(1.635)	(727)	(2.852)
Devoluções e abatimentos	(13.537)	(34.495)	(7.226)	(20.559)
Total da receita operacional líquida	416.585	1.183.587	407.015	1.156.722

	Controladora			
	30 de setembro de 2026		30 de setembro de 2025	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Receitas totais				
Vendas Mercado Interno	304.443	881.153	345.721	1.019.745
Vendas Mercado Externo	7.799	17.747	2.747	11.416
	312.242	898.900	348.468	1.031.161
Menos:				
Impostos sobre vendas	(45.782)	(134.631)	(56.151)	(166.881)
Descontos concedidos	(88)	(328)	(292)	(1.115)
Devoluções e abatimentos	(8.329)	(20.194)	(3.586)	(12.063)
Total da receita operacional líquida	258.043	743.747	288.439	851.102

A Companhia e suas controladas possuem apenas um segmento operacional. Para fins gerenciais, a Administração acompanha a receita líquida com o mercado interno consolidada por canal de distribuição, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado			
	30 de setembro de 2026		30 de setembro de 2025	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Canal				
Multimarcas	263.879	732.433	235.226	684.009
Franquias e lojas próprias	116.737	344.069	128.162	350.301
Lojas de departamento	17.343	60.028	32.121	85.645
Private label	3.575	9.069	3.257	8.064
E-commerce próprio	8.540	23.308	5.708	16.235
Receita mercado interno	**410.074**	**1.168.907**	**404.474**	**1.144.254**
Receita mercado externo	6.511	14.680	2.541	12.468
Receita liquida total	**416.585**	**1.183.587**	**407.015**	**1.156.722**
Receita mercado interno	480.215	1.377.661	478.343	1.357.953
Receita mercado externo	6.511	14.680	2.541	12.468
Receita	**486.726**	**1.392.341**	**480.884**	**1.370.421**
Deduções da receita (impostos)	(70.141)	(208.754)	(73.869)	(213.699)
Receita liquida total	**416.585**	**1.183.587**	**407.015**	**1.156.722**

25 Custos dos produtos vendidos

	Consolidado				Controladora			
	30 de setembro de 2026		30 de setembro de 2025		30 de setembro de 2026		30 de setembro de 2025	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(168.754)	(454.099)	(183.327)	(461.374)	(101.442)	(290.878)	(133.618)	(375.630)
Despesas com pessoal	(106.726)	(312.635)	(95.918)	(292.590)	(64.729)	(189.425)	(59.887)	(182.433)
Depreciação e amortização	(11.828)	(36.077)	(11.360)	(33.271)	(9.251)	(27.184)	(8.506)	(24.862)
Energia elétrica	(6.978)	(20.602)	(6.985)	(20.822)	(3.145)	(9.045)	(3.475)	(10.752)
Outros	(3.112)	(3.595)	(4.327)	(11.953)	(2.235)	857	(1.995)	(6.419)
	(297.398)	(827.008)	(301.917)	(820.010)	(180.802)	(515.675)	(207.481)	(600.096)

26 Despesas com vendas

	Consolidado				Controladora			
	30 de setembro de 2026		30 de setembro de 2025		30 de setembro de 2026		30 de setembro de 2025	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Despesas com fretes e serviços prestados	(16.341)	(47.091)	(16.138)	(48.239)	(7.425)	(22.572)	(9.024)	(27.764)
Comissões sobre as vendas	(18.419)	(50.085)	(17.430)	(51.485)	(9.282)	(28.485)	(10.429)	(32.058)
Despesas com pessoal	(14.116)	(41.733)	(13.658)	(42.097)	(8.756)	(26.378)	(8.936)	(27.763)
Propaganda e publicidade	(5.369)	(15.408)	(6.014)	(18.877)	(3.802)	(10.991)	(5.382)	(16.888)
Direitos autorais	(869)	(1.881)	(416)	(1.569)	(575)	(1.435)	(309)	(1.285)
Materiais de consumo	(3.028)	(8.671)	(3.572)	(11.252)	(1.301)	(3.482)	(1.348)	(5.327)
Depreciação e amortização	(1.393)	(3.979)	(1.182)	(3.439)	(564)	(1.509)	(428)	(1.187)
Outras	(3.050)	(7.419)	(761)	(1.458)	(1.342)	(3.318)	(402)	(917)
	(62.585)	(176.267)	(59.171)	(178.416)	(33.047)	(98.170)	(36.258)	(113.189)

27 Despesas administrativas e gerais

	Consolidado				Controladora			
	30 de setembro de 2026		30 de setembro de 2025		30 de setembro de 2026		30 de setembro de 2025	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Despesas com pessoal	(12.725)	(38.597)	(12.180)	(37.090)	(8.812)	(26.465)	(7.507)	(24.355)
Serviços prestados e outros	(6.195)	(18.906)	(6.562)	(19.646)	(5.019)	(14.711)	(5.384)	(16.392)
Despesas com dirigentes	(1.670)	(4.722)	(1.316)	(4.350)	(1.671)	(4.723)	(1.316)	(4.350)
Despesas gerais	(4.537)	(12.234)	(5.161)	(12.739)	(2.878)	(7.853)	(3.308)	(8.284)
Depreciação e amortização	(558)	(1.835)	(1.149)	(3.544)	(442)	(1.462)	(1.026)	(3.182)
	(25.685)	(76.294)	(26.368)	(77.369)	(18.822)	(55.214)	(18.541)	(56.563)

28 Outras receitas (despesas) operacionais

	Consolidado				Controladora			
	30 de setembro de 2026		30 de setembro de 2025		30 de setembro de 2026		30 de setembro de 2025	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Outras receitas operacionais								
Receitas eventuais	4.663	4.963	113	469	150	450	113	469
Recuperação de despesas	3.125	9.190	-	-	2.978	4.009	-	-
Reversão para demandas judiciais	-	1.071	1.630	14.969	-	-	-	12.851
Venda de ativo fixo	244	250	398	1.556	99	589	181	258
Receitas de aluguéis	59	172	53	161	98	294	62	183
Créditos extemporâneos (a)	-	-	8.955	8.955	-	-	8.955	8.955
Outras receitas	152	1.223	159	5.099	153	985	160	5.100
Total de outras receitas	8.243	16.869	11.308	31.209	3.478	6.327	9.471	27.816
Outras despesas operacionais								
Provisão para demandas judiciais	(50)	(279)	-	(1.097)	-	-	-	-
Reversão de créditos fiscais	-	-	(486)	(9.726)	-	-	(386)	(8.896)
Indenizações	(282)	(541)	-	(547)	-	(71)	-	(396)
Custo de imobilizado baixado	(4.539)	(6.517)	(1.779)	(7.848)	-	(1.357)	(1.633)	(7.702)
Outras despesas operacionais	(2.086)	(3.856)	(1.126)	(3.050)	(1.931)	(3.555)	(302)	(1.650)
Total de outras despesas	(6.957)	(11.193)	(3.391)	(22.268)	(1.931)	(4.983)	(2.321)	(18.644)
Outras receitas (despesas) liquidas	1.286	5.676	7.917	8.941	1.547	1.344	7.150	9.172

a) Refere-se a: i) habilitação de crédito de IRPJ-CSLL e PIS-COFINS incidentes sobre juros de mora de obrigações contratuais (juros recebidos de clientes), apurados do período de 08/2016 a 05/2025 deferido em setembro de 2025, através do processo administrativo 13032.554095/2025-18; ii) reconhecimento de créditos de PIS e COFINS, sobre as despesas pagas com direitos autorais e royalties, no período entre 2005 e 2025, os créditos foram reconhecidos, mediante o trânsito em julgado do processo 0010916-95.2010.4.03.6120

29 Receitas e despesas financeiras

	Consolidado				Controladora			
	30 de setembro de 2026		30 de setembro de 2025		30 de setembro de 2026		30 de setembro de 2025	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Receita financeira:								
Receita sobre aplicação financeira	10.097	28.942	8.412	23.366	7.280	21.411	6.439	19.007
Juros recebidos	3.070	10.352	3.031	8.074	2.426	7.036	2.083	4.934
Descontos obtidos	127	172	30	112	1	2	2	40
Reversão de provisão	744	758	-	188	744	758	-	140
Ganho de variação cambial	2.375	3.686	218	392	643	643	-	-
Total das receitas financeiras	16.413	43.910	11.691	32.132	11.094	29.850	8.524	24.121
Despesa financeira:								
Despesas de juros sobre passivos	(3.739)	(11.494)	(2.906)	(8.931)	(2.232)	(6.718)	(1.632)	(5.093)
Perda de variação cambial	(1.762)	(4.129)	(392)	(2.587)	(623)	(1.770)	(286)	(2.298)
Descontos concedidos	(1.848)	(3.888)	(2.407)	(6.089)	(1.376)	(2.900)	(1.880)	(3.971)
Tributos sobre operações financeiras	(643)	(1.784)	(629)	(1.952)	(476)	(1.276)	(419)	(1.255)
Outras despesas	(338)	(980)	(426)	(1.168)	(194)	(546)	(227)	(711)
Total das despesas financeiras	(8.330)	(22.275)	(6.760)	(20.727)	(4.901)	(13.210)	(4.444)	(13.328)
Financeiras líquidas	8.083	21.635	4.931	11.405	6.193	16.640	4.080	10.793

30 Demonstrações dos fluxos de caixa

b) Informações suplementares

	Consolidado		Controladora	
	30 de setembro de 2026	**30 de setembro de 2025**	**30 de setembro de 2026**	**30 de setembro de 2025**
Adições totais de imobilizado e intangível				
Adição de imobilizado	50.008	52.783	43.246	39.852
Adição de intangível	8.794	4.093	7.594	3.787
Efeitos que não envolvem caixa				
Adição direito de uso	(6.275)	(4.306)	(3.000)	(2)
Total de adições conforme demonstração do fluxo de caixa	52.527	52.570	47.840	43.637

* * *

Diretoria

Carlos Alberto Mazzeu

Diretor-presidente

João Daniel Buoro

Diretor financeiro e Diretor de RI

Conselho da Administração

Carlos Dinucci - Presidente

Altamiro Boscoli

André Antunes Soares de Camargo

Daniela Lupo Stella

Elvio Lupo Junior

Hugo Alexsandro Vasconcelos Rodrigues

Liliana Aufiero

Andrea Lupo

Contador

Lucas Martins Savazzi

CRC/GO nº 029838